

# Quilombos e narrativas frente aos grandes projetos: casos no estado do Espírito Santo<sup>1</sup>

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

## Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar a construção de narrativas feitas por lideranças de comunidades quilombolas no norte do estado do Espírito Santo frente aos conflitos enfrentados com a implementação de grandes empreendimentos como monocultura de eucaliptos, gasoduto, extração de petróleo e de um mega projeto de extração de sal gema do subsolo de seus territórios. As narrativas foram obtidas em trabalho de campo, por meio de técnicas de entrevistas, anotações em caderno de campo e observação participante em eventos celebrativos dessas comunidades. Ao mesmo tempo em que as lideranças elaboram um discurso narrativo de denúncia de conflitos, violências e invasões de seus territórios; empreendem em suas comunidades processos de valorização da memória de seus ancestrais e de saberes deixados por eles/as, como verifico na construção de lugares que recebem os nomes e/ou fotografias desses ancestrais mestres de saberes do passado, entre os quais destaco: “ponto de memória”, biblioteca quilombola, associações comunitárias, Centro de Referência e Assistência Social, escolas, templos religiosos (terreiros, centros, mesa-de-santo, casas de oração e capelas) e barracões de grupos culturais. As violências e conflitos provocadas por agentes externos encontram resistências nos saberes e ações empreendidas por essas comunidades, o que demonstra, apesar da disparidade de forças, que elas não estão passivas diante das violências avassaladoras dos grandes projetos.

**Palavras-chave:** Quilombo; território; narrativas; conflitos; grandes projetos.

## 1. Introdução

O presente texto tem por objetivo analisar a construção de narrativas feitas por lideranças de duas comunidades tradicionais quilombolas no norte do estado do Espírito Santo frente aos conflitos enfrentados com os efeitos e impactos da implementação de grandes empreendimentos como monocultura de eucaliptos, gasoduto, extração de petróleo e de um projeto de extração de sal gema do subsolo de seus territórios.

As narrativas foram obtidas em trabalho de campo, por meio de técnicas de entrevistas, anotações em caderno de campo e observação participante em eventos celebrativos dessas comunidades. Ao mesmo tempo em que as lideranças elaboram um discurso narrativo de denúncia de conflitos, violências e invasões de seus territórios;

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

organizam em suas comunidades processos de valorização da memória de seus ancestrais e de saberes deixados por eles/as, como verifico na construção de lugares e indumentárias que recebem os nomes e/ou fotografias desses ancestrais mestres de saberes do passado, entre os quais destaco: “ponto de memória”, biblioteca quilombola, associações comunitárias, Centro de Referência e Assistência Social, escolas, templos religiosos (terreiros, centros, mesa-de-santo e capelas) e barracões de grupos culturais. As violências e conflitos provocadas por agentes externos encontram resistências nos saberes e ações empreendidas por essas comunidades, o que demonstra, apesar da disparidade de forças, que elas não estão passivas diante das violências avassaladoras dos grandes projetos.

Embora nesta comunicação existam dados que dizem respeito à várias comunidades tradicionais quilombolas do grande território denominado Sapê do Norte, o foco da descrição e análise será na comunidade Córrego do Alexandre, que se localiza no referido território, no município de Conceição da Barra, e na comunidade quilombola de Degredo, que se localiza fora dele, no município de Linhares, ambas no norte do Espírito Santo. Mais adiante, farei uma descrição mais detalhada a respeito dessas comunidades tradicionais que se definem como quilombolas e de pescadores.

Quando essas comunidades se definem como tradicionais quilombolas e pescadoras e reivindicam indenização e políticas públicas reparatórias aos danos causados há séculos de exploração do trabalho de seus ancestrais, por expropriação dos seus territórios e por crimes raciais e ambientais cometidos contra elas e que ferem seus direitos constitucionais e humanos, entendo que não se trata de um retorno ao passado. Elas estão reivindicando direitos constitucionais e políticas sociais de cidadania como titulação dos seus territórios, estradas pavimentadas, meios de transporte, acesso à educação escolar em todos os níveis, e garantia de reconhecimento e respeito à sua identidade e patrimônio cultural.

As comunidades tradicionais de que estou falando, que nos casos em estudo são ao mesmo tempo quilombolas e pescadoras, podem ser definidas em diálogo com o conceito de Almeida (1996), segundo o qual, o tradicional está relacionado não a uma estagnação, confinamento e isolamento dessas comunidades no passado, mas a uma auto reinvenção situacional, contextual e relacional para enfrentar, em mobilização contínua, os desafios do presente e futuro. Essas comunidades, enquanto agentes sociais mobilizados com outras em nível regional e nacional, a partir de critério político-organizativo, lançam mão das políticas de identidade para fazer frente aos órgãos e aparatos de estado e aos antagonistas

do capital, como grandes empreendimentos e corporações da mineração, da monocultura e do setor de petróleo e gás.

Os direitos ao território, à identidade, à cultura, à estradas, meios de transporte, acesso à educação, entre outros, são vias (ou caminhos) de acesso aos bens produzidos pela sociedade brasileira que explorou o trabalho de africanos e afro-brasileiros escravizados e semi-escravizados e que tem sido sutilmente negado às comunidades quilombolas, pois a morosidade para garantir esses direitos é a via lenta que favorece a violência acelerada da mão armada do Estado e dos grandes empreendimentos contra integrantes dessas comunidades, como temos observado e verificado no norte do Espírito Santo.

Posto isso, verifico que essas comunidades quilombolas não estão dispostas a colocar todos os seus bens no circuito das trocas, pois existem aqueles que são guardados para delimitar suas identidades e entram na troca apenas com as divindades, São Benedito e Nossa Senhora Aparecida, com as quais estabelecem relações de confiança e acreditam estar em dívidas permanentes. Como escreveu Godelier (1999), a partir de seu estudo entre os Baruya da Nova Guiné, nem todas as coisas entram no circuito das trocas, algumas são guardadas para as novas gerações, pois são delimitadoras das identidades e são resguardadas para a posteridade desses povos tradicionais, entre essas coisas estão os territórios como “confluentes” e “afluentes” das bases físicas e simbólicas das existências e (re)existências dessas comunidades e as águas e os seres que vivem nelas são recursos naturais afluentes e confluentes que fazem parte dos territórios.

## **2. Comunidade Quilombola de Degredo: memória e os impactos da extração de petróleo, gás e resíduos de minério nas águas**

Segundo as memórias dos meus dois primeiros entrevistados em Degredo, em dezembro de 2014, o senhor José Costa (na memória) e Pedro Costa, o antigo território quilombola da região ia de Degredo, no município de Linhares, até Barra Nova, no município de São Mateus e era composto por cerca de 400 famílias negras e indígenas.

Os deslocamentos e movimentos por esse território tradicionalmente ocupado eram feitos por meio de embarcações fluviais, pois, além do mar, existiam diversas lagoas e rios na região.

No passado em Degredo, segundo os narradores acima, os alimentos eram abundantes, compostos sobretudo de peixe, jacaré, derivados da mandioca, feijão, milho, abóboras e bananas, e ainda mantinham a tradição quilombola da região norte do Espírito Santo, que consistia na criação de porcos e da carne desse animal compunham-se pratos específicos com derivados da mandioca e do feijão. Como era farta a criação de porcos, o excedente anual, entre 70 e 80 animais, eram levados para o distrito de Povoação, no município de Linhares, para a comercialização.

O território de Degredo está delimitado pela memória de seus ocupantes, que se referem a Atalino Leite de Araújo como um dos seus ancestrais, considerado a maior referência na formação da comunidade, visto que ele estabeleceu relações reprodutivas com 5 (cinco) mulheres que deixaram descendentes na localidade. Atalino era considerado um navegador sagaz e astuto nas águas doces e salgadas, pois deslocava com frequência pelos rios, lagoas e no mar entre Degredo e comunidades quilombola nas proximidades de São Mateus.

Atalino permanece vivo na memória devido ao seu ato heroico de ter resgatado pessoas de “um navio de gregos” que encalhou e pegou fogo, nas proximidades de uma lagoa denominada Lagoa do Junco. Neste ato heroico, ele teria resgatado a tripulação “de gregos” do navio e, a partir de então, Atalino e outros integrantes da população local, teriam criado o nome “Degredo” e nomeado o lugar onde vivem seus descendentes.

Relatam que em meados da década de 1920, devido às suas habilidades na navegação, Atalino já frequentava Degredo há algum tempo e conhecia os indígenas e quilombolas que já viviam no lugar. Com esses ocupantes tradicionais ele passou a estabelecer trocas de produtos alimentícios, alguns dos quais trazia da cidade de São Mateus para os moradores do lugar e outros produtos eram levados da localidade por Atalino para comercializar na referida cidade. Nessas relações de troca, Atalino teria estabelecido também relações de namoro com as mulheres nativas. A partir desses laços, ele teria se deslocado das proximidades do rio Mariricu, no município de São Mateus, para a localidade que depois passou a ser nomeado como Degredo, onde ocupou uma terra que tinha de 6 a 8 quilômetros de extensão. Afirmam que essa terra, posteriormente, foi fracionada e distribuída com os 19 filhos que teve 5 (cinco) mulheres diferentes, sendo elas quilombolas e índias nativas que já viviam na localidade antes da chegada dele. Afirmam que essas terras “iam do mar ao pântano, atravessando o rio Ipiranga”.

Alguns estudos (Lins, 2021; Loiola, 2024) sobre os impactos e crimes provocados pelo rompimento dos reservatórios de resíduos de minério em forma de lama da Samarco/Vale no subdistrito de Bento Rodrigues, município de Mariana (MG), têm focado apenas na reparação do crime pela empresa, por meio do pagamento em moeda corrente aos atingidos, o que é mais que necessário, deixando de lado outros danos e prejuízos incontáveis, que afetaram e afetarão para sempre a vida das comunidades atingidas. Depois de contaminar os meios fundamentais de sobrevivências - água e pescados - das populações e comunidades que vivem às margens do Rio Doce, esses resíduos atingiram as comunidades quilombolas pescadoras e outras comunidades que vivem no litoral norte do estado do Espírito Santo, e aqui falo especificamente das comunidades quilombolas de Degredo, no município de Linhares, e Córrego do Alexandre, no município de Conceição da Barra.

Desde que estive pela última vez em Degredo, em 2022, e em Córrego do Alexandre em 2023, e nos contatos que continuo mantendo com lideranças jovens através das redes sociais, tenho verificado que além dos integrantes reivindicarem uma indenização reparatória em moeda, uma outra reparação de grande interesse para os jovens e crianças está relacionada à educação escolar. Isso se deve, segundo as lideranças jovens, ao fato de terem perdido os meios de sobrevivência e os saberes relacionados à pesca herdados de seus ancestrais, visto que a retirada do pescado do mar e dos rios Ipiranga (para o caso de Degredo) e Cricaré (para Córrego do Alexandre) se tornou uma atividade de sobrevivência inviável por tempo indeterminado. As lideranças jovens afirmam que elas e seus filhos/as precisam ser preparadas/os para viabilizarem outros meios de vida, visto que por tempo indeterminado não podem mais retirar suas fontes de sobrevivência dos rios e do mar. Em Degredo tem sido assustador para jovens e suas famílias qualquer possibilidade de contato e de consumo das águas do rio e do mar e de alimentos que venham delas, pois afirmam que têm visto os abortos e mortes de animais suínos, equinos e bovinos que consomem as águas do rio Ipiranga, inclusive ainda no ano de 2024, conforme fotos enviadas-me por uma jovem da comunidade.

No entanto, esses impactos negativos de grandes projetos em Degredo e em Córrego do Alexandre tem uma história e vem se repetindo com a conivência do Estado e de diferentes agências do poder público. As reivindicações de medidas compensatórias pelas comunidades estão relacionadas a esses impactos negativos sobre suas vidas. Ao que parece, esses tensionamentos funcionaram como alavancas acionadoras da memória e da

identidade quilombola dessas comunidades que estavam adormecidas em zonas subterrâneas da memória oficial e dos territórios locais e vieram à superfície nesses momentos de tensão. Feitas essas considerações, a partir de dados das dissertações de Loiola (2024) e Lins (2021) e do relatório de Ferreira e Oliveira (2015), elaboro abaixo, uma breve linha do tempo elencando 4 (quatro) desses impactos.

Primeiro impacto. Em 1999 a Aracruz Celulose (hoje Suzano Celulose S/A, ex-Fibria) fez a instalação do denominado canal Caboclo Bernardo de transposição de grandes quantidades de água do Rio Doce para o Rio Riacho, prejudicando o Rio Ipiranga, onde pescadores de Degredo pescava. Isso teria ocasionado a formação de bancos de areia na calha do Rio Doce, além da contaminação da água e dos pescados por agrotóxicos das plantações de eucalipto, matando os peixes e envenenando o solo.

Segundo impacto. Em 2010, a **Petrobrás** iniciou a exploração e escoamento de óleo e gás, em mar e em terra, culminando na instalação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC) em Degredo, resultando em conflitos intermináveis, pois a Petrobras discutiu algumas medidas ambientais e compensatórias com a comunidade, entre elas a construção da Casa do Mel, que 14 anos após a instalação da UTGC, ainda não foi concluída e entregue para a comunidade. Entre as reivindicações de medidas compensatórias da comunidade à Petrobras, está também a construção de um Centro de Integração Comunitária (CIC) onde funcionariam reuniões, oficinas, biblioteca e museu. A comunidade também reivindicou à empresa a doação de barcos a motor para os pescadores, bem como a construção da Fábrica de Biscoitos Conquista de Degredo (FBCD). Depois de mais de 10 anos de reivindicações, apenas a Fábrica de Biscoitos foi efetivamente construída. Cabe destacar que a implantação do UTGC está conectada ao gasoduto da Petrobrás que corta todo o território do Espírito Santo e atingiu diretamente pelo menos três comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte, Divino Espírito Santo, São Jorge e São Domingos e essas comunidades não foram indenizadas pelo impactos.

Terceiro impacto. Desde 2013, a empresa mineradora Manabi, tem tentado implantar o projeto que prevê a construção de um porto no litoral acima de Degredo e um mineroduto que transportará minério do estado de Minas Gerais até deste porto no litoral norte do Espírito Santo e terá impacto direto no território de Degredo. O porto na costa norte impactará o território pelas águas, prejudicando ainda mais a possibilidade de a comunidade voltar a viver da pesca.

Quarto impacto. Em novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, no município de Bento Rodrigues (MG), cujos rejeitos em forma de lama atingiram diretamente os meios de sobrevivência da comunidade, dando início a novos processos de mobilização dos quilombolas de Degredo pelo direito à reparação.

### **3. O jongo como um demarcador cultural da identidade quilombola: os casos de Córrego do Alexandre e de Degredo**

O jongo na região Sudeste do Brasil tem uma história de mais de 100 anos, mas nesta comunicação vamos mencionar resumidamente a existência de dois grupos na região norte do Espírito Santo e o contexto histórico de seus surgimentos e o significado de suas celebrações. Trata-se do jongo Nossa Senhora Aparecida, da comunidade quilombola Córrego do Alexandre, e do jongo são Benedito, da comunidade quilombola de Degredo.

O jongo foi criado no Brasil, no século XIX, pelas capacidades poéticas de africanos e seus descendentes de origem banto, que foram escravizados nas fazendas de café da região Sudeste, e por aqueles que viveram experiências de autonomia nos quilombos desta mesma região (cf. OLIVEIRA, 2016). No Espírito Santo, o jongo, também conhecido como caxambu e tambor, é uma tradição cultural de comunidades quilombolas. No norte do mesmo estado, existem mais de 10 grupos de jongo, onde jongo que dizer cantigas entoadas, e o tambor é o principal instrumento tocado. Os grupos, liderados por mestres/as, são formados por tocadores de instrumentos musicais (tambor, ganzá ou reco-reco) e dançarinas/os que cantam de forma desafiadora às diversas situações vividas pelas comunidades quilombolas que tomaram o jongo como um dos símbolos demarcadores de suas identidades.

Na comunidade quilombola Córrego do Alexandre, o grupo de jongo Nossa Senhora Aparecida, liderado por Douglas dos Santos (neto de Arcelino e Laudemira), que também é figurante no Baile de Congo de São Benedito como contra guia, foi criado em março de 2017 em homenagem a uma divindade negra do sexo feminino e padroeira do Brasil. O grupo tem uma festa própria em 12 de outubro, dia das crianças e de sua padroeira, e entre os objetivos das lideranças ao criá-lo foi também integrar as mulheres e as crianças da comunidade nos festejos de são Benedito que ocorrem no período do ciclo natalino. Além da sua festa em 12 de outubro, o grupo realiza no decorrer do ano, diversas

outras “rodas de jongo”, das quais destacamos três: 1ª) em 31 de dezembro, quando participa dos festejos do Baile de Congos de São Benedito, que busca São Bino do Córrego Fundo na comunidade de pescadores de Barreiras e realiza cortejos no rio Cricaré e nas ruas da cidade de Conceição da Barra; 2ª) no decorrer dos festejos de São Benedito e São Sebastião na Vila de Itaúnas, no final de semana que mais se aproxima as datas de 19 e 20 de janeiro; 3ª) em 26 de setembro, na festa de São Cosme e Damião, junto com a comunidade quilombola vizinha de Porto Grande.

Como dito na introdução, nos processos de valorização dos saberes e memórias herdadas de seus ancestrais, as comunidades quilombolas estudadas constroem, fabricam e nomeiam lugares e indumentárias (uniformes de grupos) com os nomes e/ou fotografias desses ancestrais mestres de saberes do passado. Esses lugares são denominados como ponto de memória<sup>2</sup>, biblioteca quilombola, associações comunitárias, Centro de Referência e Assistência Social, escolas, terreiros, centros, mesa-de-santo, capelas e barracões de grupos culturais.

Em Degredo, relatam que em tempos passados, os rituais de devoção a São Benedito “era uma tradição muito forte entre os parentes”. Na atualidade, a comunidade tem um templo erguido para São Benedito. Em relação às práticas culturais de devoção a esse santo, que são compartilhadas entre os quilombolas do Sapê do Norte (município de São Mateus e Conceição da Barra) e se estende por diferentes vilas e povoados do município de Linhares, os moradores de Degredo afirmam: “Na Vila de Regência, mora o São Benedito Alto; em Povoação, o São Benedito Pequeno”. As lideranças de Degredo, que se incluem como agentes sociais que tomam as devoções a São Benedito como elementos demarcadores e diferenciadores da identidade das comunidades quilombolas do estado do Espírito Santo, afirmam que na comunidade já teve o “Terno de Reis de Boi”, o “Tambor de São Benedito” (outro nome pelo qual é chamado o jongo de São Benedito) e, atualmente, tem apenas o jongo de São Benedito.

O tambor de São Benedito é uma prática cultural afro-brasileira e quilombola itinerante na região, pois sempre demarcou os lugares e territórios tradicionalmente ocupados por essas comunidades, indo e voltando entre Regência (Linhares) e São Mateus, passando por Degredo, Campo Grande (São Mateus), Barra Nova e pelos povoados que vivem à margem do rio Mariricu. As memórias do surgimento do jongo em Campo

---

<sup>2</sup> Na comunidade quilombola de Linharinho, há 5 km da comunidade Córrego do Alexandre, encontramos um desses lugares de memória construído denominado “Ponto de Memória do Jongo Santa Bárbara”, que também é chamado de Centro.



Grande, outra comunidade de pescadores, região de onde teria vindo Atalino para Degredo, está muito relacionada às narrativas sobre a devoção a São Benedito em Degredo.

A comunidade Campo Grande é originariamente formada da miscigenação entre índios e negros e está localizada em uma grande planície no litoral norte do Espírito Santo, entre os rios Barra Nova e Mariricu, de um lado, e o mar, do outro, no município de São Mateus, advindo daí o nome Campo Grande. Tradicionalmente, os integrantes da comunidade têm vivido da pesca nos supracitados rios e no mar, bem como de atividades de produção agrícola, como os plantios de milho, mandioca, abóbora, feijão e outros. Um exemplo da referida miscigenação é a senhora Sônia Ramalho, que afirma “apenas tomar conta” do “jongo de São Benedito”, que pertence a esse santo. No que se refere à memória e aos saberes dessa tradição cultural, no ano 2013, o nome mais recomendado era o senhor Manoel de Loro, um octagenário narrador das memórias sobre o surgimento do jongo de São Benedito. Naquele ano, o senhor Manoel relatou-me que por volta de 1930, um grupo de pretos congueiros e jongueiros de Povoação, localidade do município de Linhares que fica próximo a Degredo, passavam em peregrinação esmolando em Campo Grande e levando consigo uma imagem de São Benedito. Eles iam ao encontro dos jongueiros da cidade de São Mateus, que eram devotos do mesmo santo, do qual também tinham uma imagem. Outras vezes, eram os jongueiros de São Mateus que passavam esmolando pela localidade e iam ao encontro dos congueiros de Povoação. Nessas passagens sempre ocorriam festas de jongo, pois os moradores recepcionavam congueiros e jongueiros, oferecendo alimentação e hospedagem a esses devotos itinerantes do santo preto milagroso. Dizem que, quando congueiros e jongueiros passavam pela localidade solicitando auxílio para a realização da festa de São Benedito, os moradores de Campo Grande preparavam suas canoas e barcos para atravessar o santo e seus devotos no rio Barra Nova. No entanto, no início da década de 1940, um fazendeiro da família Cunha, que morava nas proximidades do rio, se recusou a atravessar o santo no rio. Devido a isso, acreditam que um banco de areia teria se formado e represado a saída do rio Barra Nova para o mar. O mar teria jogado muita areia na foz do rio, represando-o e tendo como consequência a inundação das várzeas, que eram áreas de lavouras e de pastagens. Os moradores se desesperaram e tiraram a areia da foz com pás e enxadas, mas quanto mais tiravam, mais o mar lançava areia ali. Os jongueiros andarilhos chegaram ao local quando essa ação dos moradores ocorria e disseram que realizariam uma ladainha e um jongo para São Benedito sobre o banco de areia, o que faria o santo estourar a barragem com o rio.

Vendo tal ritual, o fazendeiro Eugênio Cunha teria zombado dos pretos e de são Benedito, duvidando que o santo pudesse estourar represamento de areia. Após a ladainha e a dança ritualística, os jongueiros teriam andado cerca de 500 metros e o rio estourou a barragem de areia. Afirmam que essa narrativa era contada Chiquinho Ramalho, e passou a ser compartilhada também entre os moradores mais antigos da comunidade de Nativo, que fica do outro lado do rio Barra Nova. Segundo Sônia Ramalho, não existia igreja na localidade, e o acontecimento do estouro da Barra Nova se tornou o ponto de partida para a construção da igreja de são Benedito e para a história do lugar, visto que é sempre recontado como o início da história da comunidade. Depois que os moradores construíram uma igreja para são Benedito, eles passaram a fazer a festa de jongo desse santo na localidade. Entre os primeiros jongueiros estavam Chiquinho Ramalho e Manoel de Louro. O morador fazia uma promessa para são Benedito em um ano e no ano seguinte ele se tornava o festeiro a receber o santo e os jongueiros em sua casa. (cf. Guimarães e Oliveira, 2018, P. 235-243).

É interessante observar que existe em Degredo um templo (capela) de são Benedito que foi construído devido à crença dos moradores que **são Benedito** é um santo que faz fluir as águas das inundações, A narrativa é muito parecida com essa que descrevi acima sobre a comunidade Campo Grande, no município de São Mateus, que subindo o litoral, é a próxima comunidade jongueira e de são Benedito depois de Degredo. Um outro detalhe nas narrativas dos jongueiros de Campo Grande, é que os jongueiros que fizeram um jongo para são Benedito na comunidade e fizeram as águas das inundações das várzeas fluírem para o mar, eram da região próxima a Degredo. E a crença nos poderes do santo preto de fazer escoar e fluir as águas, também em Campo Grande, levou a comunidade a construir uma pequena capela para o santo e criar um grupo de jongo em homenagem a ele, como também foi criado em Degredo. Cabe destacar também que Campo Grande é uma comunidade que vive a margem do rio Mariricu, de onde, segundo as narrativas dos mais velhos de Degredo, teria saído Atalino Leite, ancestral fundador de Degredo. Ainda cabe enfatizar, que as peregrinações com a imagem e os tambores de são Benedito nesta região, bem como por todo o Sapê do Norte, e pelo sul da Bahia, são formas de demarcações de territórios negros e quilombolas por meio da cultura religiosa e/ou espiritual de devoção a são Benedito, são Cosme e Damião, santa Bárbara e Nossa Senhora Aparecida, mas sobretudo a são Benedito.

#### **4. Considerações: corpos-territórios em movimentos cruzados**

Início as considerações retomando o conceito de território negro e quilombola que desenvolvi em minha tese de doutorado, publicada 14 anos após a defesa (Oliveira, 2019). Trata-se do que chamei, para o caso da comunidade quilombola de Retiro, de território mesclado, que na presente comunicação defino como “corpos-territórios em movimentos cruzados”. Desde a retirada forçada dos ancestrais africanos de seu continente na África, estamos lidando com um processo social-histórico de corpos negros em movimentos cruzados, pois foram forçados a cruzar o Oceano Atlântico e, em territórios das américas, sobretudo no Brasil, foram submetidos, mas também protagonizaram, cruzamentos reprodutivos com brancos e indígenas. No caso de Degredo, ao narrarem os “troncos” da ancestralidade da comunidade, priorizam os troncos de Atalino Leite (negro) e de Maria de Lúcia Borges, filha de uma índia do povo botocudo chamada Lúcia. Ao chegar a Degredo, navegando em canoas pelas águas dos rios e do mar, além de trazer mulheres quilombolas de fazendas do município de São Mateus, Atalino Leite, segundo seus netos/as, teria estabelecido relações reprodutivas com as mulheres indígenas que já viviam no território que posteriormente passou a ser denominado Degredo. A esses primeiros troncos cruzados pelas relações reprodutivas, juntou-se os troncos das famílias Borges, Costa e de Jesus, que também já eram resultados de relações reprodutivas cruzadas entre negros e indígenas. Um exemplo atual dessas relações conjugais e reprodutivas cruzadas é o casamento do senhor Pedro Costa (negro e neto de Atalino Leite) e de dona Cleia da Silva (que se define como descendente de indígenas).

#### **Referências**

- BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e abusos da história oral. RJ: Editora da FGV, 2006.
- GODELIER, Maurice. O enigma do dom. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1999.

LINS, Lorena. Identidade e territorialidade: A comunidade de pescadores e extrativistas quilombola do Degredo, Linhares (ES) e o processo de reconhecimento. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, UVV - ES, 2021.

LOIOLA, Rosimery Soares. A luta por reparação é de mulheres: Raça e gênero no quilombo do Degredo frente ao desastre-crime no Rio Doce. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFES, 2024.

NOGUEIRA, Oracy. Negro político, político negro: A vida do Doutor Alfredo Cassemiro da Rocha, parlamentar da República Velha. São Paulo: Edusp, 1992.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. Projeto político de um território negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina - ES. Vitória/ES: Milfontes, 2019.

OLIVEIRA, Osvaldo M. "O jongo como patrimônio cultural". In: OLIVEIRA, Osvaldo M. (Org.). Cleber Maciel. Negros no Espírito Santo. 2ª. ed. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. P. 203-213.

OLIVEIRA, Osvaldo M. "Ticumbi: O Baile dos Congos para São Benedito". In: OLIVEIRA, Osvaldo M. (Org.). Cleber Maciel. Negros no Espírito Santo. 2ª. ed. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. P. 215-218. OLIVEIRA, Osvaldo M. (Organizador). Culturas Quilombolas do Sapê do Norte: Farinha, beiju, reis e bailes dos congos. Vitória (ES): Editora Santo Antônio, 2009. OLIVEIRA, Osvaldo M. "Quilombo do Laudêncio, município d São Mateus (ES)". In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". IN: Estudos Históricas, RJ, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". IN: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

